

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica

Manoel Pereira de Macedo Neto
Mestrando em Educação - UFP

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de História. Para a realização do trabalho, analisamos os PCNs de História, o contexto de sua elaboração, a sua proposta de trabalhar a História a partir de eixos temáticos e a relação entre a História ensinada e a construção da cidadania. Nesse sentido, observamos que os PCNs propõem o ensino de História, a partir de eixos temáticos, comprometido com o exercício da cidadania e com a construção de uma sociedade plural e democrática. Contudo, a falta de um maior envolvimento da sociedade na elaboração do documento tem dificultado a concretização dessa proposta.

PALAVRAS-CHAVE: PCNs, ensino de História, cidadania.

ABSTRACT: The current article suggests a reflection on the Parâmetros Curriculares Nacionais and the teaching of History. For this work accomplishment, we analyzed the PCNs of History, the context of its elaboration, its proposal of working History from the thematic axes and the relation between the taught History and the buildup of citizen. In this sense, we could observe that the PCNs suggest the teaching of History from the thematic axes, committed to the citizen exercise and the buildup of a plural and democratic society. However, the lack of a society major involvement at the elaboration of the document has made difficult the making of this proposal.

KEY-WORDS: PCNs, teaching of History, citizenship.

Considerações iniciais

No ano de 1990, o Brasil participou da *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, em Jomtien, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica - por Manoel Pereira de Macedo Neto

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. Dessa Conferência, resultaram propostas voltadas para o cumprimento das necessidades básicas de aprendizagem e para a universalização do acesso à educação fundamental.

Fruto dos debates realizados por todo o país, com a participação de entidades e especialistas na área de educação, foi realizada a Semana Nacional de Educação para Todos, em Brasília, entre 10 e 14 de maio de 1993. A partir desse encontro, o Ministério da Educação (MEC) coordenou a elaboração do “Plano Decenal de Educação para Todos” (1993-2003), concebido como um conjunto de diretrizes e estratégias voltadas para a promoção da educação básica com base nos princípios da equidade e qualidade.

Em sintonia com a constituição de 1988, o Plano Decenal de Educação reafirmou a obrigação do Estado de elaborar parâmetros curriculares que orientassem as ações educacionais na trilha dos ideais democráticos e na busca da qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, corrobora com esse princípio, afirmando:

Art.26. Os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais de sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996).

No contexto das reformas educacionais brasileiras dos anos 1990, o MEC publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1ª a 4ª séries, em 1997, de 5ª a 8ª séries, em 1998, e de ensino médio, em 1999, acrescido do PCN + (Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais), de 2002.

A elaboração dos PCNs, nos anos 1990, foi uma resposta às exigências de organismos internacionais no sentido de sintonizar as políticas curriculares brasileiras com os interesses e estratégias dos órgãos financiadores internacionais, configurando-se, com isso, uma maior sujeição das políticas educacionais brasileiras às diretrizes políticas impostas por essas entidades. Em sintonia com essa crítica, Neves afirma:

[...] os documentos elaborados para os PCN atenderam a orientações de política educacional que, claramente, remetem para exigências de órgãos internacionais, financiadores da educação. Não é intenção fazer trocadilho infame, mas o fato de os PCN estarem de acordo com orientações de organismos internacionais como a UNESCO, não é **gratuito** (NEVES, 2000: 61).

O processo de elaboração dos PCNs passou por um estudo¹ realizado, a pedido do MEC, pela Fundação Carlos Chagas acerca de propostas curriculares de estados e municípios brasileiros. A partir desses estudos formulou-se uma “versão preliminar” e instalou-se um debate nacional, do qual participaram professores universitários, representantes de secretarias estaduais e municipais de educação, além de outros educadores e pesquisadores.

Contudo, várias críticas foram feitas ao processo de elaboração dos PCNs, principalmente no que diz respeito ao envolvimento da sociedade. Esse envolvimento, segundo Luiz Antônio Cunha (CUNHA, 1996: 60-61), foi prejudicado pela insuficiência dos prazos para que os docentes-pesquisadores emitissem suas opiniões. De acordo com esse autor, a “pressão” atropelou a pesquisa encomendada pelo MEC à Fundação Carlos Chagas sobre as propostas curriculares oficiais. Outro aspecto destacado pelo autor é a marginalização da universidade na elaboração dos PCNs.

A falta de um maior envolvimento da sociedade na elaboração do documento revela uma contradição, pois embora o documento apresente uma proposta comprometida com a cidadania, sua elaboração não resultou de uma experiência verdadeiramente democrática. Embora os PCNs falem em flexibilidade na seleção dos conteúdos, prevaleceu a afirmação de uma estrutura de organização curricular hierarquizada e centralizadora.

A centralização e a hierarquização na organização curricular foram favorecidas, por exemplo, pela afirmação dos “níveis de concretização curricular”.

Os níveis de concretização e a centralização burocrática.

Os PCNs apresentam uma proposta geral comprometida com o exercício da cidadania e com o respeito à diversidade. Esse princípio é evidenciado na Introdução aos PCNs de 1ª a 4ª séries:

Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infra-estrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir. Se existem diferenças socioculturais marcantes, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum a todos, que um aluno de

¹ Esse estudo deu origem ao relatório denominado “As Propostas Curriculares Oficiais”. Para sua realização uma equipe de especialistas analisou as propostas curriculares de 21 estados da federação, do distrito federal, e dos municípios do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Sobre esse estudo ver Elba Siqueira de Sá Barreto (Org.), *Os Currículos do Ensino Fundamental para as Escolas Brasileiras*, São Paulo, Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, 1998.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica - por Manoel Pereira de Macedo Neto

qualquer lugar do Brasil, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, deve ter o direito de aprender e esse direito deve ser garantido pelo Estado. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997: 28).

O exercício da cidadania é reafirmado nos PCNs do Ensino Médio:

O Ensino Médio, enquanto etapa final da Educação Básica, deve conter os elementos indispensáveis ao exercício da cidadania e não apenas no sentido político de uma cidadania formal, mas também de uma **cidadania social**, extensiva às relações de trabalho, dentre outras relações sociais (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1999: 12).

As propostas e definições apresentadas pelos PCNs servem de referência para o trabalho das diferentes áreas do currículo escolar (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira), propondo que se trabalhem em sala questões de relevância para a sociedade mundial e brasileira, através dos temas transversais (ética, meio ambiente, pluralidade cultural, entre outros).

Os autores do documento afirmam que, para compreender a natureza dos PCNs, é necessário situá-los em relação a quatro *níveis de concretização curricular* (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997: 28).

O “primeiro nível de concretização curricular” é o conjunto dos PCNs, que constituem uma referência nacional a todos os alunos do país. O segundo “nível de concretização” diz respeito às propostas curriculares dos estados e municípios, tendo os PCNs como referência para as elaborações das secretarias de educação. O “terceiro nível de concretização” diz respeito à proposta curricular por cada instituição escolar. E o “quarto nível de concretização” é o momento da realização das atividades de ensino e aprendizagem na sala de aula, momento em que o professor, segundo as metas estabelecidas na terceira fase, faz sua programação, adaptando-a as especificidades do grupo.

Nessa perspectiva, cabe ao professor montar um programa pautado nas proposições estabelecidas pelos PCNs, pois, apesar dos seus autores defenderem que são documentos “abertos e flexíveis”, percebemos que essa abertura não se concretiza visto que se afirma uma estrutura de organização curricular hierarquizada e centralizadora. Da forma em que estão propostos no documento, os níveis de concretização se impõem burocraticamente sobre a escola e o professor. Essa estrutura limita o diálogo e pode transformar professores em cumpridores de tarefas pré-estabelecidas. Em artigo abordando ensino de História e políticas públicas, Abud discorre sobre essa questão:

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica - por Manoel Pereira de Macedo Neto

Rediscute-se hoje, ou melhor, elaboram-se, nas instituições do poder central, parâmetros curriculares nacionais e conteúdos mínimos para todo o país. Estamos assistindo a uma retomada da centralização da educação que alija da discussão os seus principais sujeitos: os alunos e professores novamente vistos como objetos incapacitados de construir sua história e de fazer, em cada momento de sua vida escolar, seu próprio saber (ABUD, 2005: 40).

Em nossa opinião, a elaboração e execução dos PCNs apresentam um contra-senso na medida em que enfatizam o compromisso com o exercício da cidadania. No entanto, em sua construção não valorizaram o efetivo envolvimento da sociedade. Dessa forma, entendemos que um forte obstáculo para que os PCNs contribuam de maneira efetiva para o aprimoramento da prática docente é que eles foram elaborados, discutidos e executados sem a participação dos professores, os seus executores. Sobre a ausência desse debate em torno do documento, Neves (NEVES, 2000: 75) chama a atenção para o fato de que a Associação Nacional de História (ANPUH) nunca foi solicitada a participar, enquanto entidade, de qualquer etapa de elaboração das propostas.

Apesar dessas limitações, no tocante ao envolvimento da sociedade em sua elaboração, os PCNs sugerem, embora com contradições, a cidadania e a diversidade como objetivos do ensino de História.

Cidadania e diversidade como metas para o ensino de História

No tocante à disciplina de História, o documento é apresentado como uma referência aos professores na busca de práticas que incentivem o gosto pelo saber histórico.

Os PCNs de História fazem uma abordagem sobre a trajetória dessa disciplina escolar no Brasil, desde o seu surgimento, no século XIX, até o contexto de elaboração do referido documento. Os autores criticam as abordagens consideradas tradicionais e defendem o ensino de História comprometido com a construção da noção de identidade e com o exercício da cidadania. Tais princípios são afirmados no texto dos PCNs para o ensino fundamental da 1ª a 4ª séries:

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. Para a sociedade brasileira atual, a questão da identidade tem se tornado um tema de dimensões abrangentes, uma vez que se vive um extenso processo migratório que tem desarticulado formas tradicionais de relações sociais e culturais. Nesse processo

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica - por Manoel Pereira de Macedo Neto

migratório, a perda da identidade tem apresentado situações alarmantes, desestruturando relações historicamente estabelecidas, desagregando valores cujo alcance ainda não se pode avaliar. Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997: 26).

Os PCNs de História para o Ensino Médio reafirmam tais princípios:

[...] a História para os jovens para do Ensino Médio possui condições de ampliar conceitos introduzidos nas séries anteriores do ensino fundamental, contribuindo substantivamente para a construção dos laços de **identidade** e consolidação da formação da **cidadania**.

O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1999: 22).

Para organizar os conteúdos de História em cada ciclo, os PCNs trabalham com eixos temáticos. Para o Ensino Fundamental, o documento sugere quatro eixos temáticos.

No primeiro ciclo (1ª e 2ª séries), a proposta é “História Local e do Cotidiano”. Nesse eixo se propõem conteúdos voltados, preferencialmente, *às diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive, dimensionadas em diferentes tempos* (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997: 40). Nessa proposta há uma manifesta preocupação com a História local como ponto de partida, a partir do qual os alunos ampliem sua capacidade de olhar seu entorno para a compreensão de relações mais amplas.

No segundo ciclo (3ª e 4ª séries), o eixo sugerido é: “História das Organizações Populacionais”, cuja proposta é trabalhar diferentes histórias que permitam pensar as relações entre a coletividade local e as coletividades de outros tempos e espaços. Assim como no primeiro ciclo, esse sugere estudos comparativos para a percepção das semelhanças e diferenças, das permanências e transformações das experiências do homem no tempo.

No terceiro ciclo (5ª e 6ª séries), o eixo proposto é: “História das Relações Sociais da Cultura e do Trabalho”, que se desdobra em dois subtemas: “As Relações Sociais e a Natureza” e “As Relações de Trabalho”, que se desdobra em dois subtemas: “As Relações Sociais e a Natureza” e “As Relações de Trabalho”. O primeiro subtema possibilita que sejam *trabalhadas questões pertinentes aos recursos naturais, às matérias-primas e à produção de*

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica - por Manoel Pereira de Macedo Neto

alimentos, vestimentas, utensílios e ferramentas, aos mitos sobre a origem do mundo e do homem (...) (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998: 55). O segundo subtema:

[...] sugere pesquisas e estudos históricos sobre como as sociedades estruturam em diferentes épocas suas relações sociais de trabalho, como construíram organizações sociais mais amplas e como cada sociedade organizava a divisão do trabalho entre indivíduos e grupos sociais (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998: 55).

No quarto ciclo o eixo é “História das Representações e das Relações de Poder”, que se desdobra em dois subtemas: o primeiro é: “Nações, Povos, Lutas, Governos e Revoluções”, sugerindo estudos sobre vários modelos de organização política, como os Estados nacionais, além de questões relacionadas como as representações e os mitos que legitimam a existência da nação, as organizações partidárias, os conflitos políticos internacionais e os contatos e confrontos entre povos, grupos e classes sociais. O segundo subtema é “Cidadania e Cultura no mundo Contemporâneo”, o qual sugere estudos relacionados ao trabalho nas sociedades pós-fabril, à expansão e crise da cultura no mundo contemporâneo e às questões pertinentes à cidadania na história.

Em relação a proposta voltada ao Ensino Médio, a História é apresentada como parte integrante da área: “Ciências Humanas e suas Tecnologias”, e enquanto orientação curricular, o PCN+ (Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais) propõe que se trabalhe o ensino de História a partir de eixos temáticos, e o primeiro eixo tem como título, “Cidadania: diferenças e desigualdades”.

Em nosso entendimento, a proposta dos PCNs de se trabalhar a História a partir de eixos temáticos cria novas possibilidades, mas apresenta um grave problema, pois sugere que se trabalhem temas gerais que não nascem da realidade do aluno, não levando em consideração as especificidades do local de sua aplicação. O documento apresenta uma proposta temática pensada para um tipo padrão de aluno, desconsiderando que no ensino temático os temas devem emergir da realidade a ser estudada. Essa crítica está presente em Neves, para quem:

O ensino temático, ao contrário do “programático”, parte de uma problematização da realidade social e histórica a ser estudada, tendo como referência o aluno **real**, em sua vivência **concreta**. Ao estabelecerem os temas, a priori, e ao “sugerirem” os conteúdos, com profusão de detalhes, os PCN projetam um aluno **ideal**, em sua vivência **virtual**. O estudante brasileiro, subjacente nos PCN de História, é o jovem, na faixa etária prevista para o nível de ensino considerado, de classe média, que

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica - por Manoel Pereira de Macedo Neto

mora nos grandes centros urbanos e tem acesso aos recursos produzidos pela moderna tecnologia industrial (NEVES, 2000: 126).

Mais uma vez, o envolvimento da sociedade é negligenciado, pois a seleção dos temas não é pensada em função dos interesses e necessidade das comunidades locais.

A proposição de se organizar o ensino de História com base em eixos temáticos é uma evidência da influência das novas tendências historiográficas, especialmente da Nova História Cultural, na compilação do documento.

Nos anos 1980 e início dos anos 1990, as propostas curriculares e o ensino de História sofreram fortes influências dos debates historiográficos e pedagógicos e das mudanças paradigmáticas no âmbito da História. Os PCNs questionam os métodos e as concepções concebidos como tradicionais e afirmam que os estudos no campo da produção do conhecimento histórico, nas últimas décadas, têm proporcionado novos olhares aos historiadores, professores e alunos. Esses estudos têm refletido criticamente sobre os agentes condutores da história, os povos e culturas sobre os quais os estudos históricos devem lançar seus olhares, as fontes utilizadas pelos historiadores, as noções de tempo histórico e as relações entre a História e outras disciplinas.

Ao refletir acerca dessas transformações, os PCNs assumem uma posição signatária das chamadas novas tendências, especialmente da Nova História, condenando a concepção de História voltada para a legitimação de determinados setores, tidos como únicos sujeitos da História.

Essa aproximação com a Nova História fica visível no texto das propostas voltadas para o Ensino Fundamental:

As propostas curriculares passaram a ser influenciadas pelo debate entre as diversas tendências historiográficas. Os historiadores voltaram-se para a abordagem de novas problemáticas e temáticas de estudo, sensibilizados por questões ligadas à história social, cultural e do cotidiano, sugerindo possibilidades de rever no ensino fundamental o formalismo da abordagem histórica tradicional.

A história chamada “tradicional” sofreu diferentes contestações. Suas vertentes historiográficas de apoio, quer sejam o positivismo, o estruturalismo, o marxismo ortodoxo ou o historicismo, produtoras de grandes sínteses, constituidoras de macroobjetos, estruturas ou modos de produção, foram colocadas sob suspeição (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997: 24).

O documento voltado para o Ensino Médio, ao tratar das “Ciências Humanas e suas Tecnologias”, também enfatiza essa aproximação com a Nova História:

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica - por Manoel Pereira de Macedo Neto

[...] a História, que deverá estar presente também enquanto História das Linguagens e História das Ciências e das Técnicas, não na perspectiva tradicional da História Intelectual, que se limita a narrar biografias de cientistas e listar suas invenções e descobertas, mas da nova História Cultural, que enquadra o pensamento e o conhecimento nas negociações e conflitos da ação social (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1999: 09).

Os PCNs de História fazem uma crítica ao uso restrito e exclusivo de fontes escritas e, ao mesmo tempo, a defesa da ampliação das fontes utilizadas em função da necessidade de se ampliar as abordagens. Nesse sentido, o documento sugere:

O estudo de novos temas, considerando a pluralidade de sujeitos em seus confrontos, alterando concepções calcadas apenas nos “grandes eventos” ou nas formas estruturalistas baseadas nos modos de produção, por intermédio dos quais desaparecem de cena homens e mulheres de “carne e osso”, tem redefinido igualmente o tratamento metodológico da pesquisa. A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais, além da escrita, aperfeiçoando métodos de interpretação que abrangem os vários registros produzidos. A comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, sonora e pictórica (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1999: 21).

Nessa análise, o documento chama atenção para a necessidade de abertura das pesquisas de inspiração marxista a outras abordagens que vão além da base econômica e da luta de classes, voltando-se também aos aspectos culturais e simbólicos presentes nas experiências das classes sociais. Essa proposta é um reflexo das mudanças paradigmáticas no campo da História, nas últimas décadas, evidenciando a influência da Nova História na compilação do documento.

Nessa vertente, as **representações do mundo social** passaram a ser analisadas como integrantes da própria realidade social e possibilitaram uma redefinição da história cultural. A aproximação entre a Antropologia e a História tem sido importante, dando origem a abordagens históricas que consideram a cultura não somente em suas manifestações artísticas, mas nos ritos e festas, nos hábitos alimentares, nos tratamentos das doenças, nas diferentes formas que os vários grupos sociais, ao longo dos séculos, têm criado para se comunicar, como a dança, o livro, o rádio, o cinema, as caravelas, os aviões, a internet, os tambores e a música. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1999: 21).

Ao aprofundarem os estudos de vários grupos sociais, culturas e povos, a História ensinada pode contribuir para que se pense o desenvolvimento social com respeito à diversidade e as especificidades de cada povo.

Considerações finais

A proposta central dos PCNs no campo da História é contribuir para a superação da concepção de que o ensino de História deve inculcar valores no sentido da aceitação das desigualdades, assim como superar a visão da História como produto da ação dos grandes vultos e dos heróis. Não só propõe a superação dessa concepção tradicional, como defende o ensino de História comprometido com o exercício da cidadania e com a construção de uma sociedade plural e democrática.

Contudo, em nosso entendimento, todo o processo de construção do documento se fez com grandes contradições, fazendo do discurso pela cidadania um contra-senso, pois a falta de um envolvimento mais democrático da sociedade na elaboração do documento contribuiu para que os professores se tornassem coadjuvantes ou “personagens ocultos” nesse processo. A estrutura dos PCNs, baseada em “níveis de concretização” hierarquizados, engessa o professor e dificulta a viabilização de uma das propostas pilares do documento, isto é, que o professor seja um produtor de saberes.

Referências Bibliográficas

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 28-41.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). *Os Currículos do Ensino Fundamental para as Escolas Brasileiras*. São Paulo: Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-27.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília : MEC/SEF, 1997.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Primeiro e Segundo Ciclos do ensino fundamental - História e Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do ensino fundamental - História e Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1998

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais – ensino médio – parte IV - Brasília: MEC, 1999.*

_____. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história
ensinada na Educação Básica - por Manoel Pereira de Macedo Neto

CUNHA, Luiz Antônio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: convívio social e ética. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 99 nov, p. 60-72, 1996.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – nº9394 de 1996.

NEVES, Joana. Entre o criticado e o legitimado: ANPUH, AGB e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: *Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino*. João Pessoa: Sal da Terra, 2000. p. 73-81.

OLIVEIRA, Margarida M. Dias de (Org.). *Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino*. João Pessoa: Sal da Terra, 2000.

Recebido em: 15/09/2009

Aprovado em: 13/11/2009